



Presidente do Senado, Renan passa a tropa em revista na chegada para a sessão conjunta do Congresso

Jonas Pereira/Agência Senado

Ano legislativo começa com definição de prioridades

Na solenidade de início dos trabalhos do Congresso em 2013, Renan Calheiros apontou os principais desafios: Fundo de Participação dos Estados, veto à Lei dos Royalties e reformas política e tributária

Os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, Renan Calheiros e Henrique Eduardo Alves, subiram ontem a rampa do Congresso na solenidade de abertura do ano legislativo, que teve a participação do presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, e de lideranças parlamentares.

A ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, entregou ao Congresso mensagem da presidente Dilma Rousseff com um balanço do que foi conquistado em 2012 e um pedido ao Parlamento

de avanços, em 2013, na discussão de temas considerados sensíveis e necessários. O presidente do Senado comentou que há boas expectativas e listou motivos para os brasileiros serem otimistas com o ano: a inflação está domada, os juros estão em queda e o emprego está em expansão.

Ao fim da solenidade, Renan anunciou que pretende, ainda esta semana, reunir-se com o presidente da Câmara para discutir medidas provisórias, aprovação e execução orçamentária e apreciação dos vetos presidenciais. **3**



Barbosa (STF), Renan, Alves (Câmara) e a ministra Gleisi: harmonia entre Poderes foi lembrada

Jonas Pereira/Agência Senado



No Plenário da Câmara, senadores e deputados cantam o Hino Nacional na abertura dos trabalhos

Jonas Pereira/Agência Senado

Mensagem de Dilma ao Congresso relaciona pauta do governo para 2013

PMDB também faz o presidente da Câmara: Henrique Eduardo Alves

4 e 5

Congresso se reúne às 17h para votação do Orçamento 2

Partidos buscam acordo para definir comando das comissões 2

Presença de farmacêutico no SUS pode ser obrigatória 8

Entra em vigor nova regra para aposentadoria de servidor 8

especial Cidadania

Mais severa, agora Lei Seca não tolera nem um gole de álcool

Regulamentada na semana passada, nova Lei Seca também dobra o valor da multa paga pelo motorista alcooli-

zado e permite que ele seja condenado à prisão mesmo que se recuse a submeter-se ao teste do bafômetro. **6 e 7**

Jorge Woll/Agência Paraná



Motorista se submete ao teste do bafômetro em rodovia do Paraná: Lei Seca ficou mais rígida



Marcos Oliveira / Agência Senado

Relatório de Jucá (E), ao lado de Paulo Pimenta e da secretária da comissão, foi aprovado em dezembro, na CMO

Orçamento da União para 2013 pode ser votado hoje

Salário mínimo de R\$ 678 e destinação de R\$ 3,9 bilhões para estados exportadores como compensação pelas perdas da Lei Kandir são alguns itens do projeto que totaliza R\$ 2,276 trilhões

SENADORES E DEPUTADOS vão se reunir às 17h de hoje para votar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) referente a 2013. A sessão conjunta foi marcada ontem pelo presidente do Congresso, Renan Calheiros, logo após o encerramento da sessão solene de inauguração do ano legislativo.

O Orçamento deveria ter sido votado em dezembro, mas a decisão foi adiada em razão do impasse político relacionado à votação do veto parcial da presidente Dilma Rousseff à Lei dos Royalties. Liminar concedida pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), contra a votação do veto em regime de urgência, acabou causando incerteza sobre a possibilidade de votação do Orçamento antes do recesso legislativo.

— Votar o Orçamento é a grande demanda, pois o Brasil precisa voltar a gerar empregos e consolidar o crescimento econômico, conciliando esse processo com a diminuição das desigualdades sociais — disse José Pimentel (PT-CE), líder do governo no Congresso.

Elaborado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), o

relatório da proposta orçamentária de 2013 foi aprovado no dia 20 dezembro do ano passado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). No valor total de R\$ 2,276 trilhões, a proposta prevê salário mínimo de R\$ 678 (aumento de quase 9%, fixado por decreto a partir de 1º de janeiro) e reajuste de 5% para o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

O relator também destinou R\$ 3,9 bilhões para os estados exportadores, a fim de compensá-los pelas perdas resultantes da Lei Kandir, que isentou do ICMS uma série de mercadorias para exportação.

Crédito extra

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei 12.708/12), se o Orçamento não for aprovado até 31 de dezembro de cada ano, fica autorizada a “execução provisória” do que foi proposto inicialmente pelo governo, até o limite mensal de 1/12 dos valores, para gastos prioritários.

Porém, diante da inexistência de uma programação orçamentária aprovada, o governo optou pela edição de uma medida provisória (MP 598/12) que abriu crédito

extraordinário no valor líquido de R\$ 42,5 bilhões para órgãos e empresas estatais. A edição da MP está sendo contestada pela oposição no STF.

Outros assuntos prioritários do Congresso, segundo Pimentel, são o Plano Nacional de Educação (PNE), o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o fim da chamada guerra fiscal entre estados.

— Além de ampliar o investimento no ensino e melhorar a qualidade da escola, o PNE pretende reduzir as desigualdades regionais — disse o senador, que relata o plano na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O FPE tornou-se prioridade porque as regras atuais foram declaradas inconstitucionais pelo STF. Em relação à guerra fiscal, a resolução do Senado que pretende unificar em 4% as alíquotas interestaduais do ICMS deve ser analisada pelo Congresso ao mesmo tempo em que o Senado analisa a Medida Provisória 599, editada pela presidente Dilma em 27 de dezembro de 2012. A MP prevê que a União vai compensar estados e municípios que tiverem perdas devido à redução de alíquota do ICMS.

Partidos indicam novos líderes no Senado

O novo primeiro-secretário do Senado, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), leu sexta-feira, na

segunda reunião preparatória, várias indicações de líderes na Casa para o biênio 2013-2014.

Eles estão concluindo indicações para as presidências das comissões permanentes.

Lideranças

- ▶ **Bloco de Apoio ao Governo:** Walter Pinheiro (PT-BA)
- ▶ **Bloco Parlamentar da Maioria:** Eunício Oliveira (PMDB-CE)
- ▶ **Bloco Parlamentar da Minoria:** Mário Couto (PSDB-PA)
- ▶ **Bloco Parlamentar União e Força:** Gim (PTB-DF)
- ▶ **Governo:** Eduardo Braga (PMDB-AM)
- ▶ **PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro:** Eunício Oliveira (CE)
- ▶ **PT — Partido dos Trabalhadores:** Wellington Dias (PI)
- ▶ **PSDB — Partido da Social Democracia Brasileira:** Aloysio Nunes Ferreira (SP)
- ▶ **PR — Partido da República:** Alfredo Nascimento (AM)
- ▶ **PTB — Partido Trabalhista Brasileiro:** Gim (DF)
- ▶ **PDT — Partido Democrático Trabalhista:** Acir Gurgacz (RO)
- ▶ **PP — Partido Progressista:** Francisco Dornelles (RJ)
- ▶ **DEM — Democratas:** José Agripino (RN)
- ▶ **PSB — Partido Socialista Brasileiro:** Rodrigo Rollemberg (DF)
- ▶ **PCdoB — Partido Comunista do Brasil:** Inácio Arruda (CE)
- ▶ **PSD — Partido Social Democrático:** Kátia Abreu (TO)
- ▶ **PRB — Partido Republicano Brasileiro:** Eduardo Lopes (RJ)
- ▶ **PSC — Partido Social Cristão:** Eduardo Amorim (SE)
- ▶ **PSOL — Partido Socialismo e Liberdade:** Raulo Rodrigues (AP)
- ▶ **PV — Partido Verde:** Paulo Davim (RN)

Sucessão nas comissões permanentes é prioridade

Com a formação da Mesa do Senado, na última sexta-feira, os líderes partidários devem dar prioridade à busca de entendimento para a definição do comando das comissões permanentes no biênio 2013-2014.

As legendas já iniciaram o anúncio de alguns nomes, mas os líderes são unânimes em afirmar que as negociações ainda estão em curso. Na falta de acordo, a definição dos presidentes das comissões será feita no voto.

Maior bancada da Casa, o PMDB tem direito à primeira indicação e, conforme o líder do partido, Eunício Oliveira (CE), deve apresentar o senador Vital do Rêgo (PB) para a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segunda maior bancada, o PT indicará Lindbergh Farias (RJ) para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), como informou o líder petista, senador Wellington Dias (PI).

Ainda pela regra da proporcionalidade, o PMDB faz mais duas indicações. O partido decidiu indicar o senador Ricardo Ferraço (ES) para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e o senador Waldemir Moka (MS) para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Na sequência, o PT faz sua segunda indicação. De acordo com Wellington Dias, o partido já se decidiu pelo nome

da senadora Ana Rita (ES), mas ainda discute a escolha da comissão que ela comandará, podendo ser, segundo informaram assessores, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) ou mesmo a CAS, a partir de negociação a ser feita com o PMDB.

Também líder da Maioria, o peemedebista Eunício Oliveira informou que o senador Benedito de Lira (PP-AL) pode ser o indicado do bloco para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Essa comissão é reivindicada ainda pelo PDT, que pretende indicar para presidê-la o senador Zeze Perrella (MG).

Se o bloco da Maioria tiver direito a mais uma indicação, o senador Lobão Filho (PMDB-MA) poderá ser indicado para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Já o Bloco União e Força indicou os nomes dos senadores Fernando Collor (PTB-AL) e Blairo Maggi (PR-MT), estando o primeiro cotado para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e o segundo para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Pelo PSDB, o indicado deve ser o senador Cyro Miranda (GO), mas o partido ainda não definiu que comissão vai pleitear.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h40 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada

14h A pauta de votações do Plenário está trancada pela medida provisória que liberou R\$ 1,95 bilhão para estados e municípios.

PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso

17h O senador Renan Calheiros preside sessão do Congresso sobre votação do Orçamento da União de 2013.

CONGRESSO Orçamento

17h Sessão conjunta do Congresso para votação do Orçamento de 2013.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Na solenidade de abertura do ano legislativo, presidente do Congresso cita as reformas política e tributária, além de temas polêmicos destacados pela presidente Dilma Rousseff

Renan aponta as prioridades para este ano

A DEFINIÇÃO SOBRE o Fundo de Participação dos Estados (FPE), a votação do veto na Lei dos Royalties e as reformas tributária e política são as prioridades do Congresso neste ano. Foi o que disse o presidente do Senado, Renan Calheiros, na sessão de abertura do ano legislativo, ontem, na Câmara dos Deputados.

— É chegada a hora de concretizarmos as reformas tributária e política — afirmou.

Na solenidade, Renan e o presidente da Câmara, eleito ontem, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), subiram juntos a rampa do Congresso. Eles se reuniram com a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, e com lideranças parlamentares.

No Plenário, o primeiro-secretário da Câmara, Marcio Bittar (PSDB-AC), leu a mensagem presidencial entregue pela ministra Gleisi Hoffmann. Em um dos trechos, a presidente da República, Dilma Rousseff, registrou seu reconhecimento ao papel do Congresso no momento em que, segundo ela, a atividade política é vilipendiada. O texto reforçou o pedido para que os parlamentares avancem este ano na discussão de temas “sensíveis e necessários” (*leia mais nas páginas 4 e 5*).

Segundo Renan, a reforma política, com financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, vai proporcionar mais estabilidade ao país, com reflexos imediatos na economia interna. Ele elogiou as medidas do governo para o crescimento do mercado interno, como a política do salário mínimo e os programas de transferência de renda. O presidente do

Congresso acrescentou que as reformas microeconômicas podem apontar soluções para um crescimento “sustentável, igualitário e justo”.

Renan lembrou medidas recentes aprovadas no Senado, como o Regime Diferenciado de Contratações (RDC), a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), a redução da conta de luz e o Super Simples. Para o senador, essas medidas ajudam o Brasil a ter melhores condições de enfrentar a crise econômica mundial e demonstram a maturidade e a seriedade do país.

— É justo destacar a responsabilidade do Parlamento brasileiro, que, ao longo dos anos, aprovou ou desenvolveu vacinas contra a epidemia econômica global — declarou o presidente do Congresso.

Otimismo

Para Renan, não é hora de antecipar o debate eleitoral da disputa de 2014, em que serão eleitos deputados federais, senadores, governadores e presidente da República. Ele afirmou que abre o ano legislativo com “boas expectativas” e pediu que os brasileiros mantenham o otimismo: a inflação está domada, os juros estão em queda e o emprego está em expansão. O presidente do Congresso cobrou avanços para facilitar o investimento externo e pediu união de todos para o bem comum do país.

— A missão de todos nós é trabalhar muito para atenuar os efeitos da crise e deixar as miudezas para os pequenos — afirmou Renan.

Durante a solenidade, o ministro Joaquim Barbosa falou da importância da convivência harmônica entre os Três



Presidentes da Câmara e do Senado, Henrique Alves e Renan Calheiros assistem ao hasteamento da Bandeira na solenidade

Poderes. O presidente do STF ressaltou que isso fortalece a democracia e o cumprimento de direitos e garantias previstos pela Constituição. Ele concluiu desejando um ano produtivo aos parlamentares, lembrando o interesse do

Judiciário pelos projetos que mudam os Códigos Penal e de Processo Civil.

Ao encerrar a sessão, Renan anunciou que pretende, ainda esta semana, reunir-se com o presidente da Câmara para discutir medidas provisórias,

a aprovação e execução orçamentária e a apreciação dos vetos presidenciais.

Em seguida à solenidade de abertura do ano legislativo do Congresso, o Senado realizou sua primeira sessão não deliberativa de 2013.

Meta é aumentar aproximação com a sociedade

Para Renan, é importante revigorar o Congresso e aproximá-lo ainda mais da sociedade. Austeridade, eficiência, controle social, transparência absoluta, continuidade das reformas e defesa da liberdade de expressão são medidas que, segundo ele, podem atingir esse objetivo.

Ele disse que o Congresso é formado por homens públicos que “têm consciência sobre seus deveres e responsabilidades com o país”. Segundo Renan, os parlamentares saberão dar sua melhor contribuição na busca do bem-estar coletivo.

— Estou certo que nossa conduta estará pautada pelo bem comum e patriotismo na busca de igualar as oportunidades, continuando a distribuir renda e minimizando a pobreza — afirmou.

O senador sinalizou que se encontraria com o novo presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, para tratar de assuntos como medidas provisórias, aprovação e execução orçamentária e vetos presidenciais. Na visão de Renan, esses temas estão “atrofiando o Parlamento”.

Na visão do presidente do Senado, as recentes eleições

vêm demonstrando que o bem-estar é a grande expectativa nacional. Ele destacou o trabalho do governo federal no combate à miséria absoluta e disse que o Brasil precisa avançar nas questões sociais. Para Renan, democracia não é só direito ao voto, mas é também igualdade de oportunidades e justiça social.

O senador disse que o Congresso vem ajudando o Brasil a crescer e vai empenhar suas energias no intuito de “conquistar a almejada democracia social”.

— Unidos, haveremos de preparar um Brasil melhor para as futuras gerações.

Para Viana, pauta política deve adequar-se à agenda econômica



Waldemir Barreto/Agência Senado

O vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), disse que o Legislativo precisa apresentar uma pauta adequada à agenda econômica do país, calcada no crescimento.

— Se nós acertamos nessa agenda de trabalho, certamente começará um processo de recuperação do prestígio que o Senado tem perdido nos últimos anos — avaliou.

Viana afirmou que o Orçamento de 2013, cuja votação

está atrasada, deve ser tratado com prioridade. Outro tema importante, continuou, é a regulamentação do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O senador também defendeu a conclusão da votação do novo Código Penal, cujo projeto tramita no Senado.

— Temas como esses farão o reencontro do nosso trabalho com os interesses da opinião pública e do cidadão brasileiro. Penso que assim vamos aproveitar o ano de 2013, discutindo e debatendo aquilo que atende aos interesses do cidadão brasileiro.

Dilma pede atenção para FPE, reforma trib

Mensagem presidencial que todo ano abre os trabalhos legislativos foi trazida ao Congresso pela ministra Gleisi Hoffmann. No texto, Dilma relaciona as prioridades para 2013 e faz um balanço de 2012

AS MUDANÇAS NO sistema tributário, a questão federativa, com a discussão de novas regras para o Fundo de Participação dos Estados, e a destinação de recursos dos royalties do petróleo para a educação foram apontadas pela presidente Dilma Rousseff como alguns dos principais temas que devem ser definidos pelo Congresso em 2013. O apelo foi feito em mensagem lida ontem durante a abertura dos trabalhos legislativos, no Plenário da Câmara. No texto, a presidente também falou sobre a necessidade de uma reforma política.

“Neste momento em que a atividade política é tão vilipendiada, faço questão de registrar o meu sincero reconhecimento ao imprescindível papel do Congresso Nacional”, afirmou a presidente na mensagem, lida pelo primeiro-secretário da Mesa do Congresso, deputado Marcio Bittar (PSDB-AC).

A mensagem de abertura dos trabalhos legislativos é elaborada todos os anos pela presidente da República, que pode comparecer ao Congresso e ler o texto ou enviá-lo por meio de um ministro, como ocorreu ontem, com a entrega pela ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. A presidente expõe a situação do país e pode solicitar ao Poder Legislativo as providências que julgar necessárias.

Na mensagem deste ano, Dilma destacou as ações do governo para desenvolver a economia do país em tempos de crise internacional, como



Deputado Marcio Bittar, senador Romero Jucá, ministra Gleisi Hoffmann, presidente da Câmara, Henrique Alves, presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, presidente do STF,

a redução da taxa de juros e a desoneração do setor produtivo. Também tratou da redução das tarifas de energia e dos investimentos em infraestrutura, além dos avanços na área social.

Temas prioritários

Segundo a presidente, em 2012 o Congresso deu mostras da capacidade de buscar as soluções legislativas adequadas aos interesses do país e da população. Para ela, o apoio do Congresso faz com que as ações governamentais sejam, além de tecnicamente sólidas, fortalecidas pela vontade política.

Um dos temas em que a presidente pediu apoio do Congresso em 2013, a definição de novas regras para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) pode ser votada ainda em fevereiro. O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais os critérios atuais e havia determinado

prazo até dezembro de 2012 para que o Congresso atualizasse as regras. Como não houve votação, o repasse do fundo, que representa até 70% do orçamento anual de alguns estados, ficou sem amparo legal.

Em janeiro, o presidente do STF em exercício, ministro Ricardo Lewandowski, garantiu em decisão liminar a prorrogação das regras para os repasses por pelo menos 150 dias, sob os critérios usados desde 1989.

A reforma tributária, outro tema da mensagem presidencial, também pode avançar em 2013, com mudanças no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As regras atuais, que têm gerado a chamada “guerra fiscal” entre os estados, podem ser alteradas por projeto de resolução do Senado.

Para compensar os estados que perderem arrecadação

com a unificação do imposto, o governo editou, no final do ano passado, a MP 599/12, que aguarda leitura em Plenário. A intenção é obter o apoio dos governadores à unificação e avançar, ao mesmo tempo, com a MP e a mudança no imposto.

Outra MP editada em 2012, também lembrada na mensagem, destina à educação 100% dos recursos dos royalties das futuras concessões de petróleo e 50% dos rendimentos do Fundo Social. A MP 592/12 foi editada na ocasião dos vetos parciais da presidente Dilma Rousseff à lei que alterou a distribuição das receitas arrecadadas com a exploração do petróleo. Os vetos também devem ser votados neste ano.

Balanço

Além de elencar os temas prioritários de 2013, a presidente Dilma fez um balanço das ações do governo em 2012.

Na área econômica, a

mensagem fala em um cenário de incertezas e de adversidades na economia global. O texto destaca as “políticas ousadas” e ações anticíclicas do governo, como as medidas de desoneração tributária.

Apesar de admitir que o ritmo de crescimento do produto interno bruto (PIB) ficou aquém do esperado, a presidente disse considerar que o Brasil se diferenciou dos demais países.

A mensagem também destacou a criação, entre 2011 e 2012, de 3,5 milhões de empregos, o que manteve a taxa de desemprego em queda. O compromisso com o controle inflacionário, as mudanças na remuneração da poupança e a redução na taxa de juros, que encerrou o ano em 7,25%, também foram lembrados.

Segundo Dilma, a redução “representa uma mudança paradigmática que terá profundas consequências

positivas

brasileira

Outro

foi a redu

energia e

em vigor

gerar imp

economia

com o cre

capacida

2013, o B

da oferta d

ao crescim

Socia

Na área

destacou

famílias d

Segundo

ampliação

Família, e

do progr

em 2012, p

de 19,5 m

ros da ex

2013, seg

presidenc

concentr

Braga ressalta avanços sociais e econômicos



O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), comemorou as conquistas citadas na mensagem presidencial, em especial a criação de 3,5 milhões de empregos nos últimos dois anos.

— Num ano de crise internacional, em que o cenário é de 25% de taxa de desemprego na Europa, é importante o Brasil manter este esforço — comentou.

Braga falou ainda da queda na relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB, atualmente na casa dos 35%. Desonerações fiscais, redução dos juros e o corte na tarifa de energia — que pode reduzir em até 20% a conta de luz — também foram festejados pelo senador.

Nas políticas sociais, Braga comemorou que 16,5 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza em 2012 e falou sobre combate às drogas, melhoria da segurança pública e expansão do acesso à moradia pelo Minha Casa, Minha Vida.

Aloysio enxerga um “mundo de fantasia” na mensagem



Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou a mensagem presidencial. Em sua avaliação, o texto só reiterou compromissos feitos nos dois anos anteriores.

— O Brasil descrito pela presidente, naquilo que diz respeito à ação do governo, é um mundo de fantasia — avaliou.

O senador discordou especialmente da análise sobre a situação econômica do país. Segundo ele, o Brasil não tem

apresentado um crescimento econômico “consistente”, como defendido pelo governo, mas sim um desempenho “absolutamente pífio”, abaixo da média dos vizinhos sul-americanos.

Ele criticou a afirmação de que a inflação está sob controle e chamou a atenção para o “péssimo” desempenho na execução do Orçamento da União. Tal desempenho ruim, disse, pode ser verificado pelo acúmulo de restos a pagar, dotações orçamentárias que não são realizadas em determinado ano.

Suplicy defende PEC exige presença do p



Eduardo Suplicy (PT) para que vote a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 64/2013, que prevê a presença da República na abertura dos trabalhos legislativos que marca a abertura do ano legislativo. Já aprovada no Senado e encaminhada à Câmara em dezembro de 2012.

Para ele, seria mais importante o autor da mensagem

ao Congresso e expressasse de viva voz seu plano de governo. Aloysio Nunes Ferreira criticou a proposta de Suplicy, dizendo que a Câmara não deve aprovar as PECs sem a discussão das boas idéias do Senado, enquanto enviada para conversão — oriundos de medidas provisórias que constituem “contrabando legislativo”.

Suplicy também registrou carta ao presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, pela posse para o

Política e educação



Joaquim Barbosa, deputado André Vargas e senadora Ângela Portela na abertura dos trabalhos

para a economia
ponto lembrado
nação nas tarifas de
elétrica, que entrou
em janeiro e deve
impactos positivos na
Dilma garantiu que,
crescimento de 7% na
de produção em
Brasil tem segurança
de energia necessária
mento.

social, a mensagem
o esforço para retirar
a extrema pobreza.
o texto, ações de
do programa Bolsa
em 2011, e a criação
uma Brasil Carinhoso,
permitiram a retirada
milhões de brasilei-
rema pobreza. Em
undo a mensagem
ial, os esforços serão
rados em ações de
produtiva.

C que presidente

(PT-SP) pediu à Câ-
posta de Emenda à
1/99, de sua auto-
nação do presidente
ga da mensagem
do ano legislativo.
o, a PEC foi enca-
n março de 2007.
natural se o pró-
em comparecesse
a mensagem e seu
(PSDB-SP) saudou
para tem engaveta-
a projetos de lei de
órias — com emen-
ivo”.
idente dos Estados
segundo mandato.

Barbosa e Maia debatem relação entre os Poderes

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, defendeu ontem a harmonia entre os Poderes como essencial para a democracia. Ele fez breve discurso durante cerimônia de abertura dos trabalhos legislativos do Congresso.

— A independência e a convivência harmônica entre Judiciário, Legislativo e Executivo são fatores essenciais ao fortalecimento da nossa democracia e à concretização dos direitos e garantias consagrados na Constituição — destacou.

Mais cedo, em entrevista, ele disse que o Supremo tem a palavra final em assuntos levados à Justiça que envolvam a Constituição. A declaração foi uma resposta ao discurso do ex-presidente da Câmara dos Deputados Marco Maia (PT-RS) ao deixar o cargo na manhã de ontem.

Maia afirmou que o Supremo está fazendo interpretações circunstanciais da Constituição. — Atitude muito preocupante, que segue exigindo postura enérgica e intransigente por parte do Legislativo — declarou o deputado.

A relação entre os dois Poderes também foi citada no discurso de posse do novo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), para quem é preciso haver entendimento mútuo.

— Não faltará o nosso respeito, mas tanto um quanto o outro não se esqueçam que aqui nesta Casa só tem parlamentar abençoado pelo voto popular deste imenso Brasil — disse.

No ano passado, a relação entre o Congresso e o Supremo ficou abalada após várias decisões influenciarem assuntos de interesse do Legislativo. As divergências começaram durante o julgamento da Ação Penal 470, o processo do mensalão. O STF decidiu que a perda de mandato de parlamentares é automática com a condenação, e que o Legislativo só deve ratificar o entendimento. Houve reações de deputados, que consideraram a decisão uma ingerência.

No final do ano, uma liminar do ministro Luiz Fux, do STF, impediu a votação, pelo Congresso, dos vetos ao projeto de lei que trata da redistribuição dos recursos dos royalties do petróleo.

Marco Maia não compareceu à cerimônia de abertura do ano judiciário, no STF, na última sexta-feira.

Henrique Eduardo Alves é eleito presidente da Câmara com 271 votos

O deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) conquistou a Presidência da Câmara dos Deputados para o biênio 2013–2014. Com o apoio da maioria dos partidos, ele confirmou a condição de favorito obtendo 271 votos — mais do que os 257 votos necessários para vitória em primeiro turno.

Em segundo lugar, com 165 votos, ficou Júlio Delgado (PSB-MG). Sem apoio oficial de seu partido, a peemedebista Rose de Freitas (ES) obteve 47 votos. Para Chico Alencar (PSOL-RJ), foram 11. Houve 3 votos em branco.

Parlamentar com mais tempo exercendo mandato na Câmara, Henrique Alves reforçou compromissos ao pedir apoio antes da votação. Anunciou que iria criar imediatamente uma comissão especial para analisar propostas de emenda à Constituição (PEC), com o objetivo de dar prioridade à execução das emendas parlamentares ao Orçamento. Também se comprometeu em apressar a votação dos mais de 3 mil vetos presidenciais. Nesse ponto, fez um mea culpa pelo atraso no exame das mensagens de veto. Deu a palavra de que será uma “questão de honra” enfrentar o tema.

Henrique Alves lembrou que chegou à Câmara aos 22 anos para cumprir o primeiro mandato. Disse que, depois da longa vivência na Casa, conhece bem seus defeitos e virtudes.

O deputado reagiu à divulgação de um dossiê apócrifo que circulou na Câmara desde a manhã de ontem. Nele havia textos publicados na imprensa com denúncias contra ele. Segundo Henrique Alves, aquele era um documento “pequeno, minúsculo e anônimo”.

Ele disse que notícias asso-
ciando seu nome a supostas

Mesa Diretora	
Presidente	▪ Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)
Primeiro-Vice-Presidente	▪ André Vargas (PT-PR)
Segundo-Vice-Presidente	▪ Fábio Faria (PSD-RN)
Primeiro-Secretário	▪ Marcio Bittar (PSDB-AC)
Segundo-Secretário	▪ Simão Sessim (PP-RJ)
Terceiro-Secretário	▪ Maurício Quintella Lessa (PR-AL)
Quarto-Secretário	▪ Biffi (PT-MS)
Suplentes de Secretário	▪ Gonzaga Patriota (PSB-PE) ▪ Wolney Queiroz (PDT-PE) ▪ Vítor Penido (DEM-MG) ▪ Takayama (PSC-PR)

irregularidades na execução de emendas parlamentares seriam “labaredas” sem força para “chamuscar” os alicerces de seu trabalho. Ainda assim, firmou compromisso com a “defesa intransigente da imprensa como órgão basilar da democracia”.

A posse do novo presidente da Câmara, terceiro na linha sucessória como presidente da República, aconteceu logo em seguida à apuração dos votos para o cargo. Após o discurso, foram apurados os votos para os demais cargos da Mesa, órgão responsável pela direção dos trabalhos legislativos e serviços administrativos da Câmara.

Acordo PT-PMDB

A eleição de Henrique Alves sela acordo feito no início de 2011 entre PT e PMDB, segundo o qual os dois partidos fariam rodízio na Presidência da Câmara, cabendo ao PMDB o segundo biênio. Com a eleição do peemedebista, o partido volta ao comando da Câmara depois de dois anos. Além de ser responsável pelo comando da Casa e pela articulação entre Legislativo e demais poderes, o presidente da Câmara pode ocupar a Presidência da República no afastamento do presidente e do vice.

Henrique Alves é o parlamentar com o maior número de mandatos consecutivos na Casa — 11 — e está a um

mandato de atingir o recorde do ex-deputado Manoel Novaes (BA), que participou de 12 legislaturas não consecutivas entre 1933 e 1982.

Henrique Alves foi líder da bancada do PMDB desde 2007. Aos 22 anos, chegou à Câmara lançado pelo seu pai, o ex-deputado, ex-ministro e ex-governador do Rio Grande do Norte Aluísio Alves, morto em 2006. Já foi presidente das Comissões de Comunicação; de Constituição e Justiça; de Legislação Participativa; e de Trabalho e Administração.

O deputado é um dos autores do projeto que originou a minirreforma eleitoral (Lei 12.034/09) e da proposta que estabeleceu novos critérios para a distribuição do fundo partidário (Lei 11.459/07).

O deputado fez mais de mil intervenções em Plenário (discursos, apartes, apresentação de relatórios e de projetos, encaminhamentos de votações etc.) e apresentou 672 propostas, entre projetos de lei (PLs), propostas de emenda à Constituição (PECs) e requerimentos.

Foi também relator de 57 propostas, como a medida provisória que criou o Programa Minha Casa, Minha Vida, o projeto sobre royalties do petróleo, a PEC sobre a participação do capital estrangeiro nas empresas de comunicação e o projeto que instituiu a tarifa social de telefonia para baixa renda.



Em meio a deputados, Henrique Eduardo Alves (mãos unidas, ao centro) comemora a vitória na eleição

Rodolfo Stuckert/Câmara dos Deputados



Policiais fazem blitz em rua do Gama (DF): mais rigor contra motoristas bêbados

Mais 3 motivos para não dirigir após beber

Recém-regulamentada, nova Lei Seca impõe tolerância zero ao motorista que ingeriu bebida alcoólica, dobra valor da multa e admite uso de vídeo como prova da embriaguez

Ricardo Westin

O BRASIL ESTÁ fechando o cerco sobre as pessoas que insistem em dirigir depois de consumir bebida alcoólica. No final de dezembro, a presidente Dilma Rousseff assinou uma nova Lei Seca, com regras drasticamente mais duras do que as da lei anterior. Na semana passada, saiu a regulamentação. As mudanças são, basicamente, três.

A nova lei, em primeiro lugar, pesa mais no bolso do motorista infrator. A multa, que era de R\$ 957, saltou para R\$ 1.915. Caso ele volte a ser flagrado dirigindo alcoolizado dentro de um ano, a multa ficará ainda mais salgada — R\$ 3.830. As demais punições continuam valendo: ele perde a carteira de habilitação e fica proibido de dirigir por 12 meses.

A nova Lei Seca não admite nem sequer um gole de cerveja. Essa é a segunda mudança. Antes, o motorista era liberado quando o bafômetro detectava qualquer concentração até 0,1 miligrama de álcool por litro de ar. Ou então quando, ao submeter-se ao exame de sangue, o laudo apontava até 2 decigramas de álcool por

litro de sangue. Agora, o ar e o sangue não podem conter vestígio nenhum de álcool.

— Por fim, o Brasil adota a tolerância zero para essa infração gravíssima de trânsito — diz Luiz Otávio Maciel Miranda, integrante do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Margem de erro

Há, porém, uma ressalva de caráter técnico. Os bafômetros usados no Brasil operam com uma margem de erro de 0,04 miligrama de álcool por litro de ar. Por isso, a nova Lei Seca não afeta os motoristas que chegam a esse valor — existe o risco de o índice de 0,04 apontado pelo aparelho ser, na realidade, 0. Assim, a norma pune apenas aqueles que têm a partir de 0,05.

A terceira mudança na Lei Seca permite que a embriaguez ao volante seja constatada também por vídeos e fotos, por testemunhas e pelo policial.

Antes, somente o bafômetro e o exame de sangue podiam comprovar o consumo de álcool. No entanto, muitos motoristas escapavam impunes porque simplesmente se recusavam a soprar o aparelho ou ceder uma amostra de sangue. E eles

tinham o respaldo da lei. A Constituição diz que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo.

O policial agora preenche um formulário em que enumera os sinais de “incapacidade psicomotora” demonstrados pelo motorista. O condutor que exalar hálito de álcool, tiver os olhos vermelhos, vomitar, falar arrastado ou não conseguir manter-se de pé, por exemplo, poderá ser punido. O mesmo valerá se ele não souber dizer onde está, que horas são ou o próprio endereço.

Em São Paulo, por exemplo, os policiais militares são incentivados a usar as câmeras fotográficas da corporação e até seus celulares pessoais para

que tenham, além daquele formulário, mais uma evidência de que o motorista dirigia bêbado. Caso se sinta injustiçado, o motorista sempre terá a opção de, como contraprova, submeter-se ao bafômetro ou ao exame de sangue.

Com a lei, o que se espera é reduzir o número de acidentes provocados por motoristas bêbados. Por ano, segundo o governo, 40 mil brasileiros morrem em batidas, capotagens e atropelamentos. Outros milhares conseguem sobreviver, mas com lesões permanentes. As hospitalizações custam aos cofres públicos R\$ 204 milhões anuais, suficientes para erguer 140 prontos-socorros.

Na avaliação do porta-voz

da Polícia Militar de São Paulo, capitão Sérgio Marques, a nova Lei Seca foi bem elaborada, mas não basta para erradicar o mau hábito de beber e dirigir. Para ele, falta investir em educação:

— As campanhas são ótimas, inteligentíssimas, mas momentâneas. Para resultados permanentes, é preciso haver educação para o trânsito, da pré-escola à faculdade. Você conhece colégios que tenham, na grade curricular, educação para o trânsito? As faculdades de Direito no máximo dão noções dos crimes de trânsito. Não vamos reduzir as mortes se não tivermos uma mudança comportamental. Só a educação muda comportamentos.

A Lei Seca

O que pode ocorrer com o motorista que é parado numa blitz

	até 0,04 miligrama de álcool por litro de ar	de 0,05 a 0,33 miligrama de álcool por litro de ar	a partir de 0,34 miligrama de álcool por litro de ar
Bafômetro	nenhum vestígio de álcool no sangue	até 5,9 decigramas de álcool por litro de sangue	a partir de 6 decigramas de álcool por litro de sangue
Exame de sangue	O motorista é liberado. Os índices até 0,04 são tolerados porque essa é a margem de erro dos bafômetros usados no Brasil.	O motorista cometeu uma infração gravíssima de trânsito. Ele recebe uma multa de R\$ 1.915 (ou R\$ 3.830 em caso de reincidência) e fica proibido de dirigir durante um ano.	O motorista cometeu um crime de trânsito. Além de ficar sujeito às mesmas punições previstas para os casos de infração gravíssima, ele pode ser condenado à prisão, com pena de 6 meses a 3 anos. O crime é afiançável.
Resultado			

Caso o motorista se negue a submeter-se ao bafômetro ou ao exame de sangue, podem ser usados como prova de embriaguez fotos, vídeos e testemunhos de policiais e de outras pessoas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Álcool presente em bombons, antissépticos bucais e remédios homeopáticos não tem quantidade e concentração suficientes para afetar capacidade de dirigir

Governo derruba lenda sobre bombom de licor

Ricardo Westin

É FALSA A ideia de que a partir de agora, com a radicalização da Lei Seca, os motoristas que comerem bombom de licor, fizerem bochecho com antisséptico bucal ou tomarem remédio homeopático à base de álcool também serão punidos.

O álcool está presente no bombom, no antisséptico e no remédio em quantidade e concentração baixíssimas, incapazes de comprometer a capacidade de dirigir. Ele desaparece da boca depois de alguns minutos.

Quando se bebe um copo de chope ou uma taça de vinho, ao contrário, a quantidade e a concentração de álcool são significativas. O organismo trata de expeli-lo tanto pela urina quanto pelo ar que sai dos pulmões. É um processo que pode levar horas.

O papel do bafômetro é denunciar o álcool presente nos pulmões. No entanto, acaba também detectando o álcool que eventualmente esteja apenas na boca.

Se você comeu um bombom de licor e logo em seguida foi parado numa blitz, é provável que o bafômetro detecte o álcool. Numa situação assim, explique ao policial o que aconteceu e peça para soprar no aparelho novamente alguns minutos depois. É certo que o bafômetro não detectará mais nenhum sinal de álcool.

Carnaval

Ontem, o Ministério das Cidades lançou a campanha publicitária anual de rádio e TV contra os acidentes de trânsito nesta época de Carnaval.

— Estamos todos abatidos e comovidos com a grande tragédia ocorrida em Santa Maria [o acidente no clube noturno], que trouxe a dor para 235 famílias, mas não percebemos que a cada dois dias morrem 240 pessoas no trânsito do Brasil — comparou o ministro Aguinaldo Ribeiro.

Como se trata do primeiro Carnaval sob a nova Lei Seca, o ministro aproveitou o evento de ontem e convidou cinco voluntários para se submeterem ao teste do bafômetro — o primeiro comeu quatro bombons de licor, o segundo fez bochecho com uma tampa de antisséptico bucal, o terceiro tomou uma dose de vodka, o quarto ingeriu uma taça de vinho e o quinto bebeu uma lata de cerveja. Meia hora depois, apenas os dois primeiros poderiam dirigir. Os três últimos, não. Assim, derrubou-se oficialmente o



Acidente de carros em rodovia do Distrito Federal: objetivo da Lei Seca é reduzir mortes no trânsito

Renato Araujo/ABr

mito dos bombons de licor.

Quando se ingere uma bebida, o álcool é absorvido pelo estômago e pelo intestino. Mergulhado na corrente sanguínea, ele chega ao cérebro e lá prejudica o funcionamento das células nervosas.

Entre tantos efeitos, o álcool provoca sonolência, cria uma falsa sensação de segurança, diminui a atenção e a agilidade, compromete a visão e a audição, afeta as percepções de distância e velocidade e torna os reflexos mais lentos.

— A pessoa sóbria leva menos de 1 segundo para dar uma resposta motora, como desviar o carro ou pisar no freio. Se ela bebeu apenas um pouco, esse tempo de resposta sobe para perto de 2 segundos. A diferença parece insignificante, mas é suficiente para provocar uma tragédia — explica o médico Dirceu Rodrigues Alves Junior, um dos diretores da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet).

Do café amargo ao banho gelado, não há truque capaz de devolver, rapidamente, a sobriedade a uma pessoa bêbada. Cada um tem seu tempo — depende do sexo, da idade, do peso, do metabolismo, do hábito de beber etc. Normalmente, são necessárias horas.

Foi a uma festa e bebeu? As atitudes mais sábias são entregar as chaves do carro a uma pessoa que não bebeu, voltar de carona ou de táxi ou então dormir na casa do anfitrião.

Nos EUA, em certas situações, pessoas que foram pegas dirigindo bêbadas são obrigadas a instalar um bafômetro no carro. O motor só funciona se o motorista assoprar e o aparelho não detectar nenhuma quantidade de álcool.

Álcool ao volante rende até 3 anos de prisão

A Lei Seca adota os conceitos de infração e crime de trânsito. O que os distingue é a quantidade de álcool ingerida.

Trata-se de infração quando o motorista bebeu pouco. Ele fica sujeito a multa e à perda do direito de dirigir. A infração, porém, é gravíssima — a mais alta na escala das infrações de trânsito, com perda de 7 pontos na carteira de habilitação.

A conduta do motorista é criminosa quando o consumo de bebida foi elevado (*veja quadro na página ao lado*). Nessa situação, além de receber as punições previstas para a infração, ele pode ser processado e condenado à prisão. A pena vai de 6 meses a 3 anos. Sendo réu primário, porém, ele pode livrar-se da detenção pagando uma fiança arbitrada pelo juiz de acordo com suas condições econômicas.

A nova Lei Seca, assinada em dezembro pela presidente Dilma Rousseff, preserva os critérios da Lei Seca anterior para o crime de dirigir alcoolizado. As punições foram endurecidas apenas para os casos de infração.

O presidente da Comissão de Direito Viário da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção de São Paulo (OAB-SP), Maurício Januzzi, diz que o poder público deveria ter sido ainda



Ricardo Ferrazo, relator do projeto que deu origem à nova Lei Seca

mais ousado e transformado em crime o simples ato de dirigir sob a influência do álcool, sem importar a quantidade de bebida ingerida. Assim, não haveria mais a possibilidade de um motorista alcoolizado ser enquadrado como infrator.

— Banalizamos a embriaguez ao volante quando a aceitamos como mera infração administrativa. É algo que a sociedade não pode tolerar. Deveria ser crime em qualquer hipótese. A impressão que fica é que o governo está mais interessado em encher seus cofres com o dinheiro das multas do que efetivamente reduzir as mortes no trânsito — afirma Januzzi.

O projeto que deu origem à nova Lei Seca é do deputado federal Hugo Leal (PSC-RJ).

No Senado, a proposta foi relatada pelo senador Ricardo

Ferraço (PMDB-ES). Para ele, o endurecimento da Lei Seca era necessário:

— Mais de 40 mil vidas estão se perdendo todos os anos no Brasil em razão da escalada da violência no trânsito. Grande parte dessa escalada se deve ao casamento perverso da embriaguez com a direção, que coloca em risco a vida do condutor e de outras pessoas.

Um dos pontos que preocupam os especialistas em trânsito é o uso de vídeos e testemunhos para comprovar a embriaguez ao volante — mais especificamente para diferenciar o crime da infração.

Pela lei, o policial, ao analisar o estado do motorista, poderá atestar se ele está cometendo só uma infração, que exige pagamento de multa, ou um crime, que pode levar à prisão. Os especialistas temem que o motorista que for acusado de crime sem ter passado pelo bafômetro ou pelo exame de sangue — ele pode se recusar — recorra aos tribunais argumentando que foi enquadrado segundo critérios subjetivos.

— Precisamos ver como a lei andar. Sou otimista. A lei me parece rigorosa. No futuro, porém, se houver necessidade, faremos as eventuais correções — diz Ferrazo.

Saiba mais

Campanha recolhe assinaturas para aprovar Lei Seca ainda mais rigorosa:
<http://naofoiacidente.org/blog/>

Campanha do governo contra acidentes no Carnaval 2013:
<http://bit.ly/campanhaCarnaval2013>

Ministro das Cidades explica o endurecimento da Lei Seca:
<http://bit.ly/endurecimentoleiSeca>

Como funciona o bafômetro instalado em carros nos EUA (em inglês):
<http://bit.ly/bafometroEUA>

A Lei Seca sancionada pela presidente Dilma Rousseff (Lei 12.760/12):
<http://bit.ly/lei12760>

A regulamentação da Lei Seca publicada na semana passada pelo Contran:
<http://bit.ly/regulamentacaoLeiSeca>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/jornal

Novas regras de aposentadoria de servidores já estão valendo

Quem ingressar no serviço público terá de aderir à previdência complementar se quiser receber acima do teto do regime geral

OS SERVIDORES PÚBLICOS nomeados a partir de ontem só terão direito a aposentadoria até o limite máximo definido pelo Regime Geral de Previdência Social, atualmente em R\$ 4.157,05. Quem desejar receber mais terá de aderir à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), cuja regulamentação foi publicada no *Diário Oficial da União*.

As novas regras, estabelecidas no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 2/12, foram aprovadas pelo Senado em março de 2012. Passaram a vigorar

ontem, com a publicação da Portaria 44 da Superintendência Nacional da Previdência Complementar, que aprova o regulamento do Plano Executivo Federal.

Pelo novo regime, será descontado no contracheque do servidor o valor equivalente a 11% do teto do regime geral. Para aposentadoria acima do teto, o servidor terá de contribuir para a Funpresp. Haverá contrapartida do empregador, no mesmo percentual do empregado, limitada a 8,5% da parte do salário que exceder o teto.

No dia 31 de janeiro, a Comissão Diretora do Senado aprovou o termo

do convênio de adesão à Funpresp. O então primeiro-secretário do Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB), explicou que o Senado, a Câmara e o Tribunal de Contas da União (TCU) vão aderir ao fundo no âmbito do Executivo.

Segundo a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, a Funpresp deverá ser o maior fundo de pensão da América Latina em dez anos. O governo espera tornar superavitária a Previdência dos servidores ou zerar o déficit dela em 35 anos, quando os primeiros participantes começarem a receber a aposentadoria.

(Com Agência Brasil)

Prioridade para morar no térreo



José Cruz/Agência Senado

Está pronto para votação final na Comissão de Direitos Humanos (CDH) projeto de Ângela Portela (PT-RR) que dá a pessoas com deficiência

prioridade na distribuição e aquisição de apartamentos térreos em conjuntos habitacionais de interesse social. Se for aprovado sem recurso para votação em Plenário, o PLS 78/11 segue para a Câmara dos Deputados. A relatora do projeto na CDH, Ana Rita (PT-ES), apresentou parecer com voto favorável.

“Para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, a precariedade das condições habitacionais acentua a dificuldade de sua necessária integração social”, diz Ângela na justificativa do projeto. A senadora acrescenta que a moradia em locais inadequados, como encostas de morros, terrenos alagadiços e outras áreas comumente ocupadas pelas populações excluídas, torna-se especialmente danosa para os que dependem de uma cadeira de rodas e de outros auxílios.

O princípio da igualdade dos direitos, segundo Ângela, possibilita um tratamento distinto para grupos que não têm as mesmas condições dos demais. Ela lembra que pessoas com deficiência, segundo o IBGE, representam 14,5% da população brasileira.

Proposta obriga presença de farmacêuticos em unidades do SUS

Tem parecer favorável na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados o projeto de lei do Senado (PLS) que torna obrigatória a contratação de farmacêuticos em unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) que disponham de farmácias ou dispensários de medicamentos.

Aprovado no ano passado no Senado, o PLS 62/11 (PL 4.135/12, na Câmara) está pronto para ser votado. O que motivou a senadora Vanessa

Grazziotin (PCdoB-AM) a apresentar o projeto foi a falta de farmacêuticos em boa parte das unidades de saúde pública do país.

“Isto implica, muitas vezes, no manuseio de farmacoterápicos por profissionais incompetentes para o exercício da função”, justifica Vanessa.

Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, o projeto recebeu uma emenda da relatora, Ana Amélia (PP-RS). Ao invés de alterar

a Lei 5.991/73, que regulamenta a assistência farmacêutica prestada pela iniciativa privada, como previsto pela autora, a emenda fez com que a proposta altere a Lei Orgânica do SUS (Lei 8.080/90).

Se for aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, o projeto ainda deve passar pelas Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Pedro Franco/Agência Senado

Falta de profissionais capacitados para manusear medicamentos em boa parte das unidades de saúde pública motivou Vanessa Graziotin a apresentar projeto

Em análise, projeto de combate à violência contra professores

Aguarda decisão da Comissão de Direitos Humanos (CDH) projeto para combater a violência contra professores. A proposta (PLS 191/09), de Paulo Paim (PT-RS), já foi aprovada pela Comissão de Educação (CE).

Na CDH, o texto havia sido rejeitado pelo relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), mas Paim e Cristovam Buarque (PDT-DF) requereram audiência pública com especialistas, e o relator decidiu reexaminar o projeto.

A proposta trata de violência praticada por aluno, seus pais ou responsáveis legais e que cause lesão corporal, dano patrimonial ou morte do docente no exercício da profissão. Escolas deverão instituir mecanismos para solucionar conflitos entre professores e alunos,



José Cruz/Agência Senado

Paim fez proposta ao verificar alto índice de casos além de manter equipe multidisciplinar com profissionais das áreas psicossocial e de saúde.

Paim explicou que a iniciativa deveu-se a estudo das pesquisadoras Tania Mendes e Juliana Mousquer, segundo o qual 86% dos professores admitiram

haver violência em seu ambiente de trabalho em 2003.

Ferraço rejeitara o projeto por entender que a proposta poderia limitar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Para ele, a sociedade brasileira já superou o método repressivo, e a violência verificada nas escolas pode ter relação com o despreparo de muitos profissionais da educação. O senador sugere investimento na qualificação dos profissionais, bem como no envolvimento de pais, alunos, educadores, polícia e comunidade para construir um ambiente de segurança.

Depois da decisão da CDH, o projeto vai para votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), caso não haja recurso para análise em Plenário.

Colete com airbag para motociclistas



Marcos Oliveira/Agência Senado

O alto número de acidentes envolvendo motocicletas motivou Humberto Costa (PT-PE) a apresentar projeto para obrigar os condutores a

usarem coletes com airbag. Segundo o senador, o equipamento é uma invenção recente que pode proteger os motociclistas de lesões graves. Em caso de forte impacto, um cartucho libera gás que infla a jaqueta.

O assunto foi abordado no final do ano passado pela revista *Em Discussão!*, editada pelo **Jornal do Senado** (acesse <http://bit.ly/EmDiscussao13>).

Na justificativa do projeto (PLS 404/12), Humberto ressalta que os congestionamentos e o alto preço dos combustíveis, aliados à facilidade do crédito, têm gerado aumento no número de motos em circulação.

Na internet, os coletes com airbag variam entre R\$ 800 e R\$ 2.900. O senador reconhece que o preço elevado dificulta a aquisição. Por isso, o texto prevê a isenção, por cinco anos, do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados e das alíquotas da contribuição para o PIS-Pasep e Cofins.

Humberto espera que, após esse período, a produção seja nacionalizada. O projeto tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).